

12 SET 1995

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor-responsável
 RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor-executivo

Leão Serva
 Editor-chefe
 Celso Kinjô

Diretor-superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor-comercial

Roberto Crissiuma Mesquita
 Diretor da Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Congresso Volta aos velhos vícios

Quem se entusiasmou com a atuação do Congresso Nacional no primeiro semestre deste ano, quando os parlamentares votaram com uma presteza nunca antes vista as propostas de emenda ao capítulo da Ordem Econômica da Constituição, apresentadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, está começando a experimentar uma amarga decepção. O que deu a impressão de ser o começo de um processo de reabilitação do Legislativo, provocado pelas constantes condenações dos eleitores e pelas escabrosas revelações das CPIs do PC e do Orçamento, parece não ter passado de um fogo de palha.

Reabertos os trabalhos parlamentares no início de agosto, depois do recesso legal de julho, Câmara e Senado caíram no velho ritmo dos anos anteriores e voltaram a exhibir alguns dos piores vícios de nossa cultura política, que a sociedade já dava como superados. Quarenta dias após o reinício dos trabalhos legislativos, excetuadas três emendas da Ordem Econômica aprovadas em segundo turno no Senado, nada de útil foi feito pelos parlamentares, nenhuma votação importante foi realizada, nenhum projeto relevante entrou na ordem do dia.

O tempo dos políticos foi todo ele gasto em discussões estéreis, briguinhas partidárias do tipo da que estão envolvidos o PFL e o PSDB, e tentativas de criar obstáculos a projetos do governo com o único objetivo de arrancar concessões do Palácio do Planalto, seja na nomeação de apaniguados dos políticos, seja na liberação de verbas para cidades e Estados dos parlamentares. Foi restabelecida a velha prática da chantagem política. Nesta "categoria" podemos incluir as reações contra a prorrogação, até 1999, do Fundo Social de Emergência; certas manobras para atrasar a tramitação do projeto de reforma tributária; a pro-

posta do Senado de reduzir a parcela da arrecadação tributária que Estados e municípios devem reservar para pagar suas dívidas honradas pela União; e a tentativa, também do Senado, de subordinar a privatização da Vale do Rio Doce a uma autorização prévia do Legislativo. Os dois últimos temas podem entrar na pauta do Senado ainda esta semana.

E, para coroar este retorno aos velhos tempos, a Câmara deve começar a votar hoje a lei que irá regular as eleições municipais do ano que vem, com tantas alterações — para pior — em relação à do ano passado, na parte que se refere ao financiamento das campanhas e do controle desses gastos, que uma incontestável autoridade nesse assunto no Brasil, Paulo César Farias, o conhecido PC da campanha de Collor, declarou-se "abismado" com o que os parlamentares pretendem e previu que "os tesoureiros (de campanha) irão fazer uma festa". Entre outras coisas, os parlamentares querem acabar com a fiscalização dos gastos de campanha pela Justiça Eleitoral; não querem a formação de auditorias para examinar as prestações de contas dos candidatos; propõem acabar com a necessidade de identificação dos financiadores de campanha; permitem o uso da gráfica do Senado para imprimir material de propaganda; e deixam a definição de quanto será gasto por cada candidato ao critério do partido e do próprio candidato. Além disso, ainda querem indicar parte dos mesários que irão apurar os votos. "A proposta que está sendo discutida pelo Congresso é um retrocesso" — diz o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. "É um estímulo à fraude" — completa um outro ministro do TSE.

Como está, este é um projeto feito para facilitar a corrupção.